



INVESTIGAÇÃO

Pressão para suspender sigilo da “Abin paralela”

Integrantes da PF que atuam no inquérito solicitam ao ministro Alexandre de Moraes que permita divulgação dos nomes espionados

» RENATO SOUZA

Investigadores da Polícia Federal solicitaram ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que seja retirado o sigilo do relatório sobre o esquema de espionagem ilegal montado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), durante a gestão do hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ). Os agentes defendem que sobretudo os nomes daqueles que foram monitorados ilegalmente venham à tona. Fontes ouvidas pelo **Correio** asseguram que o pedido está sendo avaliado pelo magistrado. O grupo Prerrogativas, que reúne advogados ligados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também quer a suspensão do sigilo.

O relatório contém detalhes sobre como funcionou o esquema de espionagem, por meio do sistema israelense First Mile, que durou de 2019 a 2021 e monitorou autoridades consideradas inimigas do governo e do ex-presidente Jair Bolsonaro. A princípio, a bisbilhotagem foi feita contra parlamentares, jornalistas e ministros do Supremo, cujos passos foram vigiados frequentemente.

Ao todo, de acordo com fontes ligadas à investigação, aproximadamente 1,8 mil pessoas foram espionadas. Além do First Mile, o monitoramento ilegal utilizou outros programas que possibilitavam o acesso a dados mais completos dos celulares das vítimas — como mensagens de texto e tráfego de informações em redes sociais.

Ao longo dos três anos, foram realizados 66 mil acessos irregulares por meio do First Mile. Inicialmente, seriam 30 mil monitoramentos, mas, com a renovação do contrato para uso do sistema, foram feitos mais 30 mil.

Na avaliação dos integrantes da investigação da “Abin paralela”, os nomes daqueles que foram bisbilhotados na gestão de Ramagem não podem ficar ocultos. Para eles, é importante entender em que contexto se realizaram os monitoramentos e quais objetivos motivaram a espionagem.

Até agora, Moraes apenas retirou o sigilo da decisão que autorizou o cumprimento de 21

mandados de busca e apreensão, o que incluiu endereços ligados ao deputado Ramagem. Mas, na decisão, havia trechos do relatório da PF que aponta alguns dos alvos da bisbilhotice — como a ex-deputada federal Joice Hasselmann, o atual ministro da Educação, Camilo Santana, e uma promotora relacionada à investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes.

Bolsonaristas

Numa tentativa de conter o desgaste causado pela Operação Vigilância Aproximada — que devassou a espionagem da Abin na gestão de Ramagem —, deputados bolsonaristas estão coletando assinaturas para protocolar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que dificulta a execução de operações da PF contra integrantes do Congresso. O texto é de autoria do deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) e determina que os mandados de busca e apreensão contra os parlamentares somente poderão ser cumpridos após aval das mesas diretoras da Câmara ou do Senado Federal.

A PEC diz que operações poderão ser feitas sem a permissão do Congresso apenas em crimes de “flagrante delito” — atualmente, não há uma legislação que blinde os parlamentares de buscas e apreensões. Para tramitar, o texto precisa de 171 assinaturas dos 513 deputados da Câmara. Segundo Valadares, até ontem 55 parlamentares tinham manifestado apoio à proposta.

Os bolsonaristas estão inquietos por causa da operação que tornou Ramagem alvo de operação da PF e, também, devido ao inquérito que investiga os envolvidos na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 — que, no começo da semana, colocou o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) no centro das apurações. Os apoiadores do ex-presidente vêm cobrando dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma postura de enfrentamento às incursões dos federais. **(Com Agência Estado)**

Ed Alves/CB/D.A Press



Na quinta-feira, agentes da PF recolheram documentos e aparelhos no gabinete de Ramagem — quer teria conduzido a “Abin paralela”

Agentes envolvidos depõem e estão afastados

Três policiais federais acusados de envolvimento no esquema ilegal de espionagem montado na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na gestão de Alexandre Ramagem prestaram depoimento aos agentes que conduzem a investigação. De acordo com informações obtidas pelo **Correio**, eles foram ouvidos na quinta-feira — um no Rio de Janeiro e dois em Brasília.

Ontem houve outros depoimentos na sede da PF em Brasília, e na superintendência da corporação no Rio. Todos que foram ouvidos com envolvimento no esquema da “Abin paralela” estão afastados dos cargos que ocupam.

Uma fonte da Controladoria-Geral da União (CGU), ouvida pelo **Correio**, garante que existe materialidade suficientemente forte para confirmar a

participação de Ramagem e outros no esquema. “A investigação apura a utilização do sistema de inteligência First Mile pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) no monitoramento de dispositivos móveis, sem a necessidade de interferência e/ou ciência das operadoras de telefonia e sem a necessária autorização judicial. Segundo informado pela Polícia Federal, o referido sistema, fornecido pela empresa Cognyte Brasil S.A., é capaz de identificar a Estação Rádio Base (ERB) indicando a localização de qualquer celular monitorado”, destaca um trecho do relatório da investigação.

A Polícia Federal (PF) investiga se aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) usaram indevidamente outras ferramentas de espionagem além do

software First Mile, que permite o monitoramento de geolocalização de celulares em tempo real.

Softwares

Documentos apreendidos pela PF na Operação Última Milha, deflagrada em outubro de 2023, indicam que outros programas podem ter sido mobilizados em nome dos interesses pessoais e políticos do ex-presidente Jair Bolsonaro. A investigação encontrou anotações compatíveis com a ferramenta Cobalt Strike, que pode ser usada para invadir computadores. O aplicativo LTESniffer, que intercepta tráfego em redes 4G, é outro que, segundo os agentes federais, pode ter sido usado pela “Abin paralela”.

Até o momento, a PF assegura

que o software First Mile foi usado mais de 60 mil vezes pela Abin entre fevereiro de 2019 e abril de 2021. O programa não permite o grampo de mensagens e ligações, mas dá acesso à geolocalização em tempo real e a dados pessoais registrados junto a operadoras de telefonia. A capacidade de monitoramentos simultâneos do programa ainda é investigada.

A PF afirma que o aparato da Abin foi usado para monitorar políticos de oposição ao governo e para auxiliar a defesa de filhos do ex-presidente em investigações criminais. A agência também teria sido usada para atacar as urnas eletrônicas e para tentar associar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). **(RS com Agência Estado)**

» Entrevista | BRUNO FRAGA | ESPECIALISTA EM HACKING

“Proteção é função da empresa de tecnologia”

» EVANDRO ÉBOLI

Especialista em segurança de informação, o empresário Bruno Fraga afirma que o sistema First Mile — que está no centro de um escândalo de bisbilhotice de autoridades, pois teria sido usado indevidamente durante a gestão de Alexandre Ramagem à frente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) — é uma poderosa ferramenta do mercado da espionagem. Para o especialista, a aplicação levanta importantes questões éticas e legais. “Quando utilizado sem o devido processo legal, ou para fins nefastos, pode representar uma séria ameaça à privacidade e aos direitos individuais”, adverte. Fraga é autor de um

livro sobre hackeamento, sugestivamente intitulado *Técnicas de invasão*. Nesta conversa com o **Correio**, ele esmiúça o First Mile e mostra por que a utilização do sistema requer cuidados.

Qual a extensão do First Mile e até onde pode prejudicar um monitorado, se mal utilizado?

Esses softwares são notáveis por explorar falhas existentes em softwares e protocolos. O First Mile se utiliza de brechas nos protocolos das operadoras de telefonia para determinar a localização aproximada dos dispositivos móveis. Embora não se tenha conhecimento de que forneça localizações extremamente precisas, seu uso ilustra, sobretudo, a capacidade de

explorar vulnerabilidades. Além do First Mile, existem outras soluções no mercado que oferecem não apenas rastreamento, mas, também, controle total sobre smartphones e dispositivos, transformando-os em instrumentos de vigilância. Tais ferramentas representam um grande mercado.

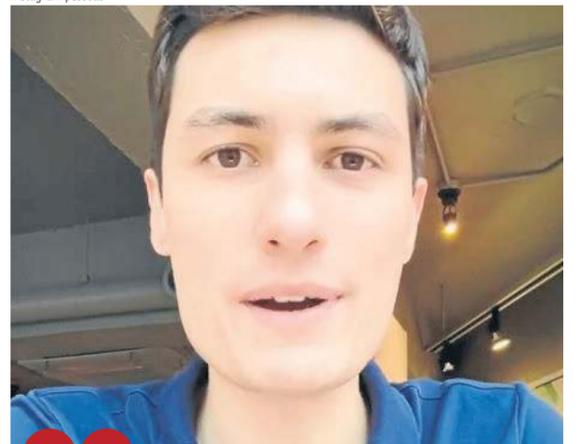
Como o senhor avalia o uso indevido do First Mile pela Abin?

No contexto da privacidade dos cidadãos, levanta importantes questões éticas e legais. É essencial manter um equilíbrio entre as necessidades de segurança e as liberdades civis, garantindo que tais ferramentas sejam usadas de forma responsável e sempre nos limites da lei.

Com tantas fragilidades nos sistemas de segurança individuais, é possível que o usuário de celular e da internet não seja espionado?

Essas ferramentas (como o First Mile) exploram falhas em tecnologias e não necessariamente (imprudências) do comportamento do usuário. A responsabilidade primária de proteção e correção dessas vulnerabilidades recai sobre as empresas que desenvolvem as tecnologias. Para os usuários, o papel mais eficaz na prevenção à espionagem é manter os sistemas atualizados — que frequentemente incluem correções de segurança, que abordam brechas recentemente descobertas na segurança.

Instagram pessoal



O First Mile se utiliza de brechas nos protocolos das operadoras de telefonia para determinar a localização dos dispositivos móveis”